



CIDADES MÉDIAS: para além da ilha de prosperidade, as desigualdades socioespaciais¹

Alexandre Bergamin Vieira

UFGD-Universidade Federal da Grande Dourados

alexandreveira@ufgd.edu.br

GT-7: TEMAS LIVRES

RESUMO

Indicadores de desigualdade intraurbana são elaborados e definidos a partir daquilo que se define por indicador social, que é em geral uma medida qualitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas públicas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma. Assim, os indicadores sociais, ao revelarem as características econômicas, sociais, habitacionais e de infra-estrutura de saneamento básico dos diferentes espaços da cidade permite-nos revelar como as desigualdades socioespaciais se estruturam nas cidades médias, segmentando espaços e pessoas e que se encontram escamoteadas nas ilhas de prosperidade em que se constituem as cidades médias brasileiras.

Palavras chave: sistemas de indicadores, desigualdades socioespaciais, cidades médias.

1. Introdução

Entendo que os indicadores de desigualdade intra-urbana, sejam eles, econômicos, sociais ou geográficos, podem ser elaborados e definidos a partir do que compreendemos por indicadores sociais, que são assim definido por Januzzi (2001, p.14):

Nesse sentido, procurarei neste texto contribuir com a discussão acerca da elaboração de indicadores sociais de desigualdade intra-urbana que permita-nos revelar como as desigualdades socioespaciais se estruturam em cidades médias, segmentando espaços e pessoas que se

¹ Texto elaborado a partir de pesquisa????? Financiado pela fundação?????



encontram escamoteadas ou camufladas nas ilhas de prosperidade em que se constituem as cidades médias brasileiras.

Procurarei, ainda, apresentar uma discussão de como a espacialização ou a cartografia dos indicadores sociais de desigualdade intra-urbana permite-nos caracterizar, diferenciar e distinguir áreas ou lugares segundo a composição socioeconômica da população que neles habita. Esse trabalho de cartografia permite-nos identificar e delinear os claramente o “lugar de cada um” (VIEIRA, 2005) no interior das cidades médias.

2. Indicadores de desigualdade: considerações teóricas

As discussões sobre os indicadores sociais surgiram primeiramente no âmbito político/institucional, longe do debate acadêmico, e começaram a se destacar a partir da década de 1960, com a elaboração de diversos instrumentos de mensuração do bem-estar da população e de mudanças sociais por parte de vários organismos multilaterais, tais como OCDE, UNESCO, FAO, OIT, OMS e que ajudaram a perceber um descompasso entre o desenvolvimento ou crescimento econômico e a melhoria das condições de vida da população nos diferentes países.

O PIB (Produto Interno Bruto), até então utilizado como o principal indicador de desenvolvimento socioeconômico dos países, mostrava-se cada vez menos apropriado como medida representativa do bem-estar social, levando, assim, em todo mundo, a disseminação e a criação de sistemas nacionais de produção de indicadores sociais e estatísticas públicas. Havia a esperança de melhor orientar e avaliar as ações estatais na produção de políticas públicas mais incluídas e que pudessem superar as iniquidades entre crescimento econômico e as condições de vida da população (JANUZZI, 2001).

Esse tipo de abordagem das desigualdades sociais e espaciais caiu em descrédito na década de 1970 (JANUZZI, 2002). No entanto, o aprimoramento de novas experiências de formulação e implementação de políticas públicas, principalmente na escala local reacendeu o debate a partir da década de 1980. Sindicatos, universidades e centros de pesquisa passaram a empreender esforços para o refinamento conceitual e metodológico de instrumentos de quantificação e qualificação das condições de vida, visando instrumentalizar os programas de combate à desigualdade social e à pobreza.



Portanto, cada vez mais os indicadores sociais tornaram-se indispensáveis para o planejamento público e a implementação de políticas públicas e passaram a ser elaborados e analisados tanto pelos setores público e privado quanto pela esfera da sociedade civil em busca de garantia por maior transparência e efetividade na gestão dos gastos públicos e eficiência nas políticas sociais (Morais e Lima, 2001).

Na perspectiva das políticas públicas os indicadores sociais representam diferentes papéis em fases distintas do processo. Num primeiro momento na fase de diagnóstico e formulação de políticas, os indicadores revelam o quadro atual da realidade, detectando os problemas, dimensionando as carências revelando a demanda por determinados serviços públicos. Ao mesmo tempo permite definir áreas prioritárias de intervenção da política pública a ser implementada e os recursos necessários para atingir os objetivos determinados. Na fase seguinte, da implementação das políticas, os indicadores possibilitam determinar a forma mais eficaz de alocação de gestão dos recursos. Posteriormente, nas fases de monitoramento, avaliação e revisão, os indicadores permitem avaliar o progresso no alcance das metas, fornecendo possibilidades de detecção de erros e revisão do plano de ação (MORAIS E LIMA, 2001).

Além disso, os indicadores sociais podem revelar as desigualdades socioespaciais e os significados da vida urbana, onde processos excludentes e de diferenciação são cada vez mais intensos, criando uma cidade e um espaço intra-urbano fortemente marcado por espaços luminosos – aquele da cidade média como “lugar ideal para se viver” – e espaços opacos – camuflados e escondidos da cidade média, ou territórios da exclusão, como afirma Vieira (2009).

Portanto, os indicadores de desigualdade não surgem separados de uma elaboração teórica e conceitual, dissociada de um referencial teórico, representando apenas informações quantitativas, pois como sugere Sabóia (2001, p.45):

Koga (2003) e Januzzi (2001) são outros autores com a mesma preocupação e indicam a necessidade de análise das metodologias de construção de indicadores sociais para desvendar as teorias e objetivos a elas referidas. A partir desse balizamento teórico e metodológico, torna-se possível o uso mais consistente dos indicadores sociais, evitando transformá-los numa panacéia, como se fossem a expressão exata ou ideal dos conceitos abordados. Essa preocupação conceitual também é necessária para evitar o caminho inverso, quando primeiro elabora-se os indicadores para posteriormente inferi-lo ou relacioná-lo com um determinado conceito.

Concordo com Januzzi (2002, p.56), ainda, em outro aspecto muito importante, a sua suposta isenção de valores ideológicos, como se por trás da construção dos indicadores sociais não



estivessem orientações teóricas e opções metodológicas dos seus proponentes, bem como do conceito que ele busca evidenciar, como as desigualdades socioespaciais intra-urbanas. Dessa forma um indicador social consistente deve se pautar e “um modelo teórico ou a um modelo de intervenção social mais geral, em que estejam explicitados as variáveis e categorias analíticas relevantes e o encadeamento causal ou lógico que as relaciona” para Januzzi (2002, p.

56).

Portanto, entendo que os indicadores sociais são o elo de ligação entre o conceito analisado e a realidade empírica, social e espacial. Assim, os indicadores sociais de desigualdade intra-urbana permitem revelar como as desigualdades sociais e espaciais são proporcionada pela concentração em pequenos espaços e para poucas pessoas os benefícios da inserção das cidades médias como protagonistas na rede urbana.

A partir das considerações iniciais, considero muito importante atentar para os obstáculos que precisam ser superados para uma adequada elaboração e análise desses indicadores de desigualdade intra-urbana, pois além da dificuldade de comparabilidade e de confiabilidade nos dados derivados de pesquisas já existentes, qualquer sistema de indicadores deve ser suficientemente flexível para superar os possíveis atrasos, discontinuidades e problemas de cobertura ou desagregação dos dados (MORAIS e LIMA, 2001).

Dessa forma, é factível revelar que exercício de elaboração de indicadores sociais não é uma tarefa fácil ou simples, principalmente pelo fato de não existir uma teoria formal ou definida que a oriente, principalmente, pelo fato dela ser resultado de outra discussão anterior, qual seja: o conceito que ele quer representar.

Outra dificuldade se apresenta pelo fato de haver poucas fontes de dados e estatísticas confiáveis, tanto no que diz respeito a sua periodicidade quanto na sua confiabilidade e, principalmente, na escala de análise intra-urbana.

No entanto, apesar das dificuldades e dos desafios encontrados, o desenvolvimento da elaboração de indicadores sociais vem sendo cada vez mais, nos últimos anos, impulsionado por diversas instituições, nacionais ou internacionais, seja para auferir o grau de confiabilidade das políticas públicas sociais e dos gastos públicos quanto para medir as melhorias nas condições de vida da população, bem como para diagnosticar e/ou localizar as desigualdades socioespaciais intra-urbanas e definir as áreas e os pontos prioritários de ação das políticas públicas.

Nesse sentido, entendo como importante o exercício de elaboração de indicadores sociais de desigualdade intra-urbana que levem em conta as características das realidades das cidades médias brasileiras, marcadas pela banalização e acirramento das desigualdades sociais e espaciais (VIEIRA, 2009) . Sob este ponto de vista, essa elaboração de indicadores na escala intra-urbana deve focalizar e destacar os grupos e as regiões das cidades mais vulneráveis para serem alvos de projetos e políticas públicas de inclusão social e espacial, pois, como apontam Guimarães et. alli.

(2003, p.21):

3. Sistema de indicadores sociais de desigualdade intra-urbana para cidades médias

Até o momento, procurei esclarecer a validade e os referenciais teóricos para a elaboração de indicadores sociais como instrumento importante para a análise de políticas públicas inclusivas. Por ser um recurso metodológico que informa os vários aspectos da realidade empírica, balizados numa fundamentação teórico-conceitual, a discussão a seu respeito, com todos os avanços ocorridos na sua elaboração e disseminação, apresenta, ainda algumas questões para serem resolvidas, com destaque para as seguintes:

1. estabelecimento de um marco teórico-conceitual adequado aos indicadores sociais intraurbanos;
2. produção de informações e armazenamento e atualização dos dados;
3. a publicização dos indicadores de forma democrática e pedagógica.

Dessa forma, uma informação necessária e importante na elaboração de um sistema de indicadores sociais de desigualdade intra-urbana para cidades médias é esclarecer que a principal fonte de dados e informações mais confiável nesse nível de desagregação espacial no Brasil é o Censo Demográfico, realizado somente a cada dez anos, apresentando-se, assim, como uma fonte de dados que apresenta uma defasagem considerável em sua atualização. Apesar dessa dificuldade, é possível elaborar um sistema de indicadores para analisar as realidades intra-urbanas das cidades médias, uma vez que o “*espaço social requer um sistema de indicadores, referidos a múltiplas dimensões, para caracterizar um fenômeno social*” (JANUZZI 2001, p.17).

Assim, seguindo a metodologia proposta por Januzzi (2001), para elaborar um sistema de indicadores sociais de desigualdade intra-urbana deve-se considerar quatro etapas:

- 1) definição operacional da fundamentação teórico-conceitual da temática;
- 2) especificação das suas dimensões e das diferentes formas de abordagem;

- 3) obtenção das informações, dados e estatísticas públicas pertinentes;
- 4) composição do sistema de indicadores que traduza em termos mais tangíveis o conceito abstrato idealizado.

Definido isso, segundo apontam Guimarães et. alli (2003, p.21-22) um sistema de indicadores sociais deve apresentar os seguintes objetivos:

- Adquirir novos conhecimentos e/ou transmitir os existentes: caracterizar e identificar as especificidades da desigualdade socioespacial nas cidades médias;
- Aquisição de um meio para prover as políticas públicas com informações confiáveis: o mapeamento do sistema de indicadores permite um diagnóstico da realidade socioespacial e identifica as áreas prioritárias de ação e implementação de políticas públicas específicas;
- Demonstrar o desempenho ao longo do tempo e realizar previsões: a partir da fonte de dados do Censo Demográfico e do recorte territorial por setores censitários o sistema permite um acompanhamento e avaliação contínua das políticas implementadas, com um intervalo temporal de dez anos;
- Ser utilizado para promoção de políticas específicas e/ou de maior abrangência: os indicadores que compõem o sistema identificam problemas e áreas pontuais a serem enfrentados;
- Monitorar variações espaciais e temporais das ações públicas: o sistema permite verificar a eficiência das políticas implementadas em determinado período e ainda monitorar o surgimento de novas áreas passíveis de intervenção;
- Demonstrar resultados das políticas em curso ou de sua ausência: é possível, também realizar uma avaliação constante da eficácia das políticas implementadas, corrigir distorções e identificar as deficiências delas e, ainda, verificar possíveis áreas ou setores negligenciados;
- Identificar as necessidades de uma determinada situação: ou seja, o sistema permite identificar, pontualmente, em qual área da cidade e qual indicador ou variável necessita de atenção especial.

Portanto, deve-se ter um rigoroso critério na eleição dos indicadores para a construção de um sistema de indicadores sociais de desigualdade intra-urbana, que possa refletir de forma mais próxima a dinâmica da realidade empírica analisada.

Para Januzzi (2001) três são as propriedades básicas na elaboração de um sistema de indicadores: a relevância social (pertinência de sua elaboração solucionar problemas sociais relevantes, como o analfabetismo, por exemplo), a validade (que representa o grau de proximidade entre o conceito e o indicador formulado, ou seja, a capacidade do indicador refletir o conceito abstrato que ele se propõe operacionalizar) e por fim a confiabilidade do indicador (a qualidade do levantamento dos dados ou variáveis utilizadas para a elaboração do indicador). Além destas três propriedades, os indicadores sociais devem ter ainda, as seguintes propriedades: cobertura, sensibilidade, especificidade, inteligibilidade de sua construção, comunicabilidade, factibilidade para obtenção, periodicidade na atualização, desagregabilidade e historicidade.

Com base nestes critérios escolhi os dados censitários do IBGE que transmitissem maior confiança e aumentassem sua potencialidade como indicador na elaboração do que denominei Sistema de Indicadores Sociais de Desigualdade Intra-urbana para cidades médias.

Assim, os indicadores sociais, ao revelarem as características econômicas, sociais, habitacionais e de infra-estrutura de saneamento básico dos diferentes espaços da cidade permitem-me revelar como as desigualdades socioespaciais se estruturam nas cidades médias, segmentando e camuflando espaços e pessoas.

Além disso, para facilitar e democratizar a compreensão e o acesso ao sistema de indicadores procurei apresentá-lo no formato cartográfico, uma vez que o mapa, sendo uma representação espacial, permite ver o mundo de uma maneira muito mais ampla e complexa do que é possível observar na vida cotidiana, pois os mesmos expressam as profundas desigualdades das condições de vida muitas vezes escamoteadas nas ilhas de prosperidade em que se constituem as cidades médias brasileiras (GUIMARÃES et. alli, 2003, p.23-24).

Assim, indicando o “o que” e o “onde”, o mapa cria uma visão da cidade que é espacial e relacional (MELAZZO, 2006, p.111).

Portanto, partindo do princípio de que o discurso nas cidades médias é que as desigualdades socioespaciais inexistem ou são menos gritantes do que nas metrópoles, a construção de um sistema de indicadores sociais possibilita revelar uma outra faceta dessa realidade, ao mesmo tempo que permite territorializar no espaço intra-urbano as classes sociais mais sujeitas a situações de risco e vulnerabilidade.

Assim, apresento, na sequência, os indicadores sociais selecionados que, em conjunto, constroem um SISTEMA DE INDICADORES SOCIAIS DE DESIGUALDADE INTRA-URBANA.

4. Os indicadores sociais de desigualdade intra-urbana selecionados e a metodologia

É com base na análise das propriedades desejáveis e das formas de classificação assumidas pelos indicadores sociais que defini os indicadores fundamentais que me permitissem compreender a estruturação das desigualdades socioespaciais nas cidades médias. Em primeiro lugar, optei por trabalhar com 24 indicadores que procuram cobrir situações e/ou características relativas aos domicílios e às pessoas. Ou seja, cobrir as dimensões habitacionais, econômicas, sociais e também espaciais, uma vez que todos os indicadores estão georreferenciados.

A fonte principal para a elaboração destes indicadores foi o aplicativo em software desenvolvido pelo IBGE, através do qual encontram-se disponibilizadas as informações de cada município, na escala de setor censitário, relativas aos Censos Demográficos – 2000 e 2010 – denominado ESTATCART®.

Dispondo, então, das informações selecionadas para cada setor censitário, foi possível construir indicadores sociais relativos para cada um, de maneira a comparar as situações nestes diferentes setores da cidade a partir do mapeamento dos indicadores.

Numa primeira fase de experimentação optei por utilizar a metodologia de dispersão dos indicadores para cada setor censitário da cidade. Ou seja, para cada uma das variáveis, calculei o percentual de sua ocorrência ou não em cada setor censitário em relação ao total de possibilidades (seja de domicílios, seja de pessoas, seja pelo chefe de família) do mesmo setor e, a partir dos dados obtidos, defini três categorias diferentes, aleatoriamente, com os valores variando em cada um dos indicadores. Contudo, utilizando os mesmos intervalos para cidades médias diferentes, observei que em alguns dos indicadores em determinada cidade não havia a classificação de um setor sequer com pior indicador, mascarando, assim, possíveis situações de ocorrência da informação.

Assim, para as realidades analisadas esta técnica não se mostrou a mais adequada, pois em alguns indicadores selecionados não permitia a compreensão da realidade, mascarando as diferentes características entre os setores.

Desta forma, após a revisão de diversas metodologias estatísticas, optamos por trabalhar com duas metodologias diferentes: a metodologia dos quartis e a técnica de análise combinatória de pares recíprocos, a partir do método da distância máxima euclidiana.

A escolha de duas metodologias, e não de apenas uma ou mais que duas, se justifica pelo fato de demonstrarem diferentes resultados – próximos – mas que reforçam nossa perspectiva de que os indicadores sociais são apenas uma ferramenta na qualificação do debate geográfico das



desigualdades socioespaciais intra-urbanas. Portanto, a definição da melhor metodologia estatística para identificar os indicadores que representem as desigualdades sociais e espaciais e, posteriormente, para a elaboração de políticas públicas mais inclusivas, depende, preponderantemente, da posição ideológico-política de quem os elabora, de quem implementa e, principalmente, de quem os demanda.

Revela-se, assim, a intrínseca relação entre teoria (elaboração do conceito) e práxis (possibilidades de ação e transformação) que nos remete a discussão das desigualdades (teoria e realidade) e seu combate efetivo (política pública).

A metodologia dos quartis permite identificar os setores com melhores, intermediários ou piores condições em todas as variáveis, sem exceção, possibilitando uma visualização geral das condições de desigualdade socioespacial na qual se estruturam as cidades médias, na medida em que classifica os setores censitários urbanos em quatro classes distintas.

Já a metodologia da análise combinatória permite destacar em todos os indicadores aqueles setores censitários que mais se distanciavam da tendência geral, apresentando assim melhor ou pior classificação, dependendo do indicador analisado.

Esta técnica estatística, a partir do software MINITAB® permitiu o agrupamento das variáveis de cada indicador em quatro classes diferentes, permitindo que em todos os indicadores sempre houvesse ao menos um setor classificado em uma das quatro classes, como também possibilitou diferenciar os setores censitários classificados como intermediários, aproximando-os dos melhores ou dos piores setores.

Portanto, enquanto a metodologia dos quartis permite uma leitura mais ampla das desigualdades, pois agrupa um maior número de setores censitários em cada uma das quatro classes elaboradas a metodologia de análise combinatória revela os setores censitários onde as condições são mais díspares em relação à realidade urbana. Dessa forma, a combinação das duas metodologias possibilita uma leitura mais ampla das condições de desigualdade social e espacial e viabiliza – quando for de interesse da administração municipal – a implementação de Políticas Públicas mais abrangentes e eficientes.

Assim, as duas metodologias de classificação das variáveis e de organização dos indicadores permitem uma visualização, com relativa facilidade, dos setores ou áreas intra-urbanas que concentram determinadas características (dependendo do indicador utilizado) em detrimento de outros setores onde tal característica não comparece ou se apresenta com menor intensidade. Trata-

se, assim, de um instrumento relativamente simples, mas que permite observar as áreas urbanas agrupadas por suas características e, dessa forma, visualizar e mapear as desigualdades intra-urbanas existentes.

Assim, como resultado final, a partir das quatro classes diferentes, classifiquei os setores censitários em quatro grupos, assim denominados:

- a) Os setores que apresentaram os piores indicadores sociais relativos a cada variável.
- b) Aqueles setores intermediários piores, com percentuais variados para cada indicador e próximos daqueles setores classificados com os piores indicadores;
- c) Aqueles outros setores censitários com percentuais próximos daqueles setores classificados com os melhores indicadores, classificados como setores intermediários melhores e;
- d) Aqueles que apresentaram os setores com os melhores indicadores sociais.

Desta maneira, ao realizar o mapeamento dos indicadores ter-se-á mapas que apresentarão as variáveis analisadas de acordo com suas respectivas categorias. Ou seja, não se trata de apresentar os percentuais de cada indicador social, mas sim, sua distribuição territorial de acordo com a intensidade relativa de sua ocorrência.

Organizados assim, os indicadores podem ser mapeados através do software MapInfo®, e cada mapa permite representar cada indicador selecionado na base cartográfica digital dos setores censitários urbanos de cada cidade selecionada.

Os resultados finais formam, então, mapas por setor censitário de cada indicador social sobre a malha urbana que se encontram representados nas cores, vermelha, alaranjada escuro, alaranjada clara e amarela sendo, respectivamente, a primeira para os piores setores, a segunda e a terceira para os setores censitários com indicadores intermediários e a quarta para os melhores setores.

Para revelar as desigualdades socioespaciais intra-urbanas e construir o sistema de indicadores foram selecionadas 24 variáveis divididas em quatro subgrupos.

No primeiro subgrupo apresentam-se 06 variáveis relativas aos domicílios, os quais denominei de Indicadores Habitacionais:

- Domicílios particulares improvisados
- Domicílios particulares permanentes tipo cômodo
- Domicílios particulares permanentes sem banheiro ou sanitário
- Domicílios particulares permanentes com 04 banheiros ou mais

- Domicílios particulares com até 04 moradores
- Domicílios particulares com mais de 04 moradores

A importância dos indicadores habitacionais está na possibilidade de determinar a localização das diferentes classes sociais no espaço intra-urbano das cidades médias e verificar a qualidade e as características de seus locais de moradia. Isso é possível através de indicadores de domicílios com alto padrão, através do indicador de domicílios particulares permanentes com 04 banheiros ou mais, como também a localização das casas de baixo padrão ou qualidade, através dos indicadores de domicílios sem banheiro e dos domicílios do tipo cômodo ou do tipo improvisado, ou ainda, indicadores relacionados com o número de pessoas residentes por domicílio.

No segundo subgrupo, tem-se 08 variáveis relacionadas aos domicílios com acesso aos meios de consumo coletivo de saneamento básico, denominados de indicadores de infra-estrutura de saneamento básico

- Domicílios particulares permanentes com abastecimento de água da rede geral canalizada em pelo menos um cômodo
- Domicílios particulares permanentes com abastecimento de água de outra forma
- Domicílios particulares permanentes com banheiro ou sanitário com esgotamento sanitário ligado a rede geral de esgoto ou pluvial
- Domicílios particulares permanentes com banheiro ou sanitário com esgotamento sanitário de outra forma
- Domicílios particulares permanentes com destino do lixo coletado
- Domicílios particulares permanentes com outro destino do lixo
- Domicílios sem energia elétrica
- Domicílios sem pavimentação no entorno

Esses indicadores são essenciais à garantia de melhores condições de vida para toda a população da cidade pois a oferta e a garantia de acesso a esses serviços à população é papel fundamental por parte do Poder Público Municipal e o mínimo para garantir uma condição de vida digna para os moradores da cidade como um todo.

No terceiro subgrupo, das variáveis da renda das pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, classificados como indicadores econômicos, tem-se 06 variáveis:

- Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes sem rendimento nominal mensal;
- Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal até 2 salários mínimos;
- Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal mais de 15 salários mínimos;
- Domicílios com renda nominal per capita mensal mais de meio até um salário mínimo;
- Domicílios com renda nominal per capita mensal de até meio salário mínimo;
- Domicílios sem rendimento nominal per capita mensal;

Os seis indicadores procuram caracterizar economicamente os domicílios como um todo e os responsáveis pelos domicílios particulares e, conseqüentemente, mapear a ou pela renda per capita mensal no espaço intra-urbano das cidades médias.

Assim, a partir de três indicadores que procuram caracterizar a escolaridade ou a instrução do responsável pelo domicílio, quais sejam: pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes sem instrução e menos de um ano de estudo e pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes com 17 anos ou mais de estudos; um indicador sobre a idade do chefe de família (pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes com 10 a 19 anos de idade) e um indicador referente pessoas residentes em domicílios particulares improvisados é possível construir o sistema de indicadores.

Com esse sistema de 24 indicadores sociais, que posso classificá-lo como objetivo, simples e normativo, de acordo com a definição de Januzzi (2001), cria-se a possibilidade da construção de um último indicador, o indicador síntese ou sintético, que denominei como indicador de exclusão social. Esse indicador final possibilita mapear a exclusão social e identificar as especificidades e/ou auferir se há padrão de desigualdades intra-urbana entre diferentes cidades médias.

Os mapas do sistema de indicadores foram elaborados a partir da metodologia de classes, que demonstra os setores censitários de forma fragmentada, ou seja, cada setor censitário tem seus limites visivelmente delimitados, o que permite visualizar a malha urbana das cidades como se fosse uma “colcha de retalhos”. Essa metodologia possibilita identificar, pontualmente, aqueles setores que apresentam as melhores condições em determinado indicador (como, por exemplo, os domicílios com quatro banheiros ou mais) ou onde políticas públicas específicas devem ser implementadas para minimizar determinado problema ou carência em um indicador específico



(como, por exemplo, domicílios sem banheiro ou sanitário) visando melhorias de condições em relação ao respectivo indicador.

O passo seguinte foi apresentar e analisar o mapeamento dos 24 indicadores sociais de desigualdade intra-urbana com o intuito de caracterizar cada uma das cidades médias analisadas, buscando identificar as características específicas de cada uma delas como, também, as semelhanças existentes entre elas, buscando revelar a existência ou não de padrões de desigualdades socioespaciais intraurbanas entre diferentes cidades.

Dessa forma, os mapas são apresentados em conjunto para cada um dos subgrupos do sistema de indicadores em nas diferentes metodologias de forma a facilitar a visualização das desigualdades socioespaciais e sua análise conjunta e, por fim, apresentar os mapas do indicador síntese e revelar quão disparens são as cidades médias, diferentemente do que pregam algumas pesquisas, noticiários e propagandas municipais.

5. Considerações finais

A partir da análise geral do sistema de indicadores sociais de desigualdade intra-urbana é possível revelar como as cidades médias apresentam-se segregadas socioespacialmente, permitindo-me afirmar que essa segregação é reforçada pela acentuada segmentação da sociabilidade, conforme análise de Sobrazo (2004), uma vez que os locais de moradia das diferentes classes sociais são definidos, principalmente, pelas (im)possibilidades de escolhas que cada uma delas apresenta, constituindo-se como sinônimo de status e distinção social.

O sistema de indicadores revela, ainda, a importância dele como uma ferramenta que possibilita qualificar o debate teórico e conceitual à respeito das desigualdades socioespaciais nas cidades médias. Ou seja, ele é apenas um subsídio para o pesquisador desvendar a realidade intraurbana destas cidades a partir dos conceitos teoricamente elaborados.

Possibilita, também, a intervenção direta na realidade, a partir de políticas públicas inclusivas, na medida em que revela, indica e localiza determinados pontos do território onde determinados indicadores não propiciam boas condições de vida aos seus moradores. Da mesma forma, pode instrumentalizar políticas que possam minimizar as desigualdades socioespaciais existentes, permitindo que todas as pessoas que residem na cidade se beneficiem da riqueza socialmente produzida e não apenas a minoria mais privilegiada que vive na “cidade luminosa”. Portanto o



sistema de indicadores se torna um instrumento útil para o pesquisador – pois complementa a elaboração teórica acerca das desigualdades socioespaciais e os respectivos conceitos a elas atreladas – para o Poder Público Municipal – é uma fonte de informação de diagnóstico e avaliação das condições de vida da população – e para a sociedade em geral – revelam as desigualdades socioespaciais, desmistificando sua naturalização, possibilitando a contestação da realidade.

Ainda, devemos reafirmar que não são os indicadores sociais e/ou os mapas que definem ou (des)qualificam os conceitos, mas o contrário. Portanto as desigualdades socioespaciais e os conceitos a elas relacionados, muito mais do que números (aspectos quantitativos) expressos em mapas, permite-nos desvendar uma realidade urbana não metropolitana, idealizada, inserida na rede de cidades e caracterizada principalmente pela qualidade de vida, mas profundamente desigual e excludente (aspecto qualitativo). Afinal, é sempre bom lembrar que o mapeamento é um processo de aproximação sucessiva do real, que nunca se completa sem o esforço de síntese.

6. Bibliografia

GUIMARÃES, R.B. et. al. *Sistema de informação para tomada de decisão municipal*. Presidente Prudente: Relatório de Pesquisa Fase II – FAPESP, Programa Políticas Públicas. 2003.

JANNUZZI, P. de M. *Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos Indicadores Sociais na Formulação e Avaliação de Políticas Públicas Municipais*. Campinas: Ed. do Autor/PUCAMP, 2002.

_____. *Indicadores sociais no Brasil – conceitos, fontes de dados e aplicações*. Campinas: Alínea, 2001.

KOGA, Dirce. *Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos*. São Paulo: Cortez, 2003.

MELAZZO, E. S. . *Padrões de desigualdades em cidades paulistas de porte médio*. A agenda das políticas públicas em disputa. Tese (Doutorado em Geografia)222f. Presidente Prudente: [s.n.], 2006.

MORAIS, Maria da P. e LIMA, Ricardo. Indicadores urbanos como instrumento de gestão e formulação de políticas públicas. In. *Revista de Administração Municipal*. Ano 46, nº232, nov/dez 2001.



SABÓIA, Ana Lúcia. Inclusão social: critérios de análise e métodos de mensuração. In. *Anais do II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INCLUSÃO SOCIAL*. Santo André: Prefeitura Municipal, 2002. p.43-47.

SOBARZO MIÑO, Oscar A. *Os espaços da sociabilidade segmentada: a produção do espaço público em Presidente Prudente*. Tese (Doutorado em Geografia) – UNESP – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente-SP, 2004.

VIEIRA, Alexandre B. *Mapeamento da exclusão social em cidades médias: interfaces da Geografia Econômica com a Geografia Política*. 2009, 213f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente.